

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2018**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 05 de junho de 2018, às 9:00 horas, na sede social do Banco Cetelem S.A., na Alameda Rio Negro, 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

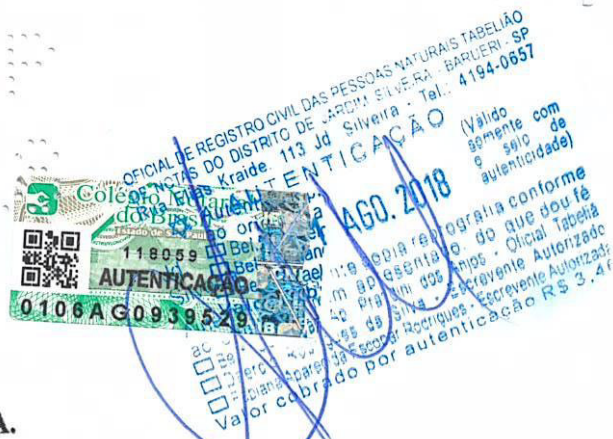
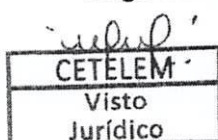
PRESENÇA: Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas".

MESA: Presidente: Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças e **Secretária:** Vanessa Alessi Manzi Binder.

ORDEM DO DIA: (a) ampliar o número de cargos da Diretoria, mediante a criação de 1 (um) novo cargo de Diretor Vice-Presidente e 2 (dois) novos cargos de Diretor sem designação especial, com a consequente modificação do Artigo 8º, *caput* do Estatuto Social; (b) aperfeiçoar a redação do parágrafo 1º do Artigo 8º do Estatuto Social; (c) aperfeiçoar a redação dos Artigos 14, 15 e 18 do Estatuto Social; (d) alterar as regras de representação da Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 16 do Estatuto Social; (e) alterar as regras de outorga de procuração pela Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 17 do Estatuto Social; (f) ampliar o número de cargos do Comitê de Auditoria, mediante a criação de 3 (três) novos cargos, com a consequente alteração do parágrafo 1º do Artigo 22 do Estatuto Social; e (g) consolidar o Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:

(a) ampliação do número de cargos da Diretoria, mediante a criação de 1 (um) novo cargo de Diretor Vice-Presidente e 2 (dois) novos cargos de Diretor sem designação



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta enviada à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - 1

Márcia Kaseh Nakura
ANALISTA

Colégio Notarial do Brasil
118099
0106 AG 0939537
AUTENTICAÇÃO
MARELIÃO SP
Rua Elias Kleide 113 - Vila Mariana - SP
Tel: 4194-0657

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS
DE NOTARIAS DO DISTRITO DA
Rua Elias Kleide 113 - Vila Mariana - SP
Tel: 4194-0657

AUTENTICAÇÃO
01/10/2018

Jd.
Silveira.

Autentico a presente cópia reprográfica conforme
ao original a mim apresentado do que dou fé
☐ Escrevente Autorizado
☐ Tabelião Escrevente Autorizado
Valor cobrado por autenticação R\$ 3,46

(Valido somente com autenticação)



especial. Em vista da referida deliberação, o *caput* do artigo 8º passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 10 (dez) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Vice-Presidentes e os demais designados Diretores, sem designação especial.”

(b) o aperfeiçoamento da redação do parágrafo 1º, do Artigo 8º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 8º

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria, que ocorrerá após aprovação do Banco Central do Brasil.”

(c) o aperfeiçoamento da redação dos Artigos 14, 15 e 18 do Estatuto Social, tendo em vista a criação de 1 (um) novo cargo de Diretor Vice-Presidente, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

“Artigo 14 - Compete aos Diretores Vice-Presidentes:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.”

“Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

- a) auxiliar o Diretor Presidente ou os Diretores Vice-Presidentes na administração geral dos negócios sociais;
- b) incumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretores Vice-Presidentes.”

“Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou de um dos Diretores Vice-Presidentes.”

RECEBUE
DE

Colégio Novo do Brasil
118069 Autenticação
0106AG0839632
AUTENTICAÇÃO
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE NOVAS DO DISTRITO
Rua Elias Kraemer 113 Jd. São
João Silveira
Autentico a presente copia reprografa conforme
ao original e mim apresentado do que dou fe
a Conceição do Pradim dos Anjos - Oficial Tabelia
Rodrigues da Silva - Escrevente Autorizada
Fabiana Aparecida Escobar Rodrigues - Escrevente Autorizada
Valor cobrado por autenticação R\$ 3,46
01 ACO-2018
TABELÃO
BARTERI SP
Tel: 4144-0657
(Vale do
conferente com
a autenticidade)

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta do carta enviada à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência de Arquivos em São Paulo - I

Márcia Krieger Itakura
ANALISTA



(d) a alteração das regras de representação da Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 16 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente isoladamente;*
- b) de 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes em conjunto;*
- c) de 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 1 (um) Diretor sem designação especial em conjunto;*
- d) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;*
- e) de 2 (dois) procuradores em conjunto, observado o Artigo 17 do Estatuto Social.*

(e) a alteração das regras de outorga de procuração pela Sociedade, com a consequente modificação do Artigo 17 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte nova redação:

“Artigo 17 - As procurações serão outorgadas exclusivamente pelo Diretor Presidente em nome da Sociedade e deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto de 2 (dois) procuradores, com expressos e específicos poderes, bem como, conter prazo de validade definido, exceto as procurações que conferem poderes “ad-judicia.”

(f) a ampliação do número de cargos do Comitê de Auditoria, mediante a criação de 3 (três) novos cargos, passando o número máximo de membros do referido órgão de 5 (cinco) para 8 (oito), com a consequente alteração do parágrafo 1º do Artigo 22 do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 22

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo, 08 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.”

(g) a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que passa a fazer parte integrante desta Ata, para os fins e efeitos legais, como Anexo I.

RECEBUE
01 00 00

Colégio Notarial do Brasil
118059
AUTENTICACAO
0106AG0939538

STUVAIS TABELAO
SIPA - BARLIERI - SP
Tel: 4194-0657

Valido com
a saia de
autenticacao

01 Ago. 2018

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DE NOTAS DO DISTRITO DE
Rua Elias Kanda 113
Jd. Silveira

AUTENTICACAO

Autentico e apresento copia reprografa conforme
ao original a mim apresentado do que dou fe
☐ Se a concorrencia do Pradon dos Anjos - Oficial Tabelao
☐ Se a concorrencia do Pradon dos Anjos - Escrivao Autorizado
Valor cobrado por autenticao R\$ 3,46

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta enviada à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kikue Nakura
ANALISTA

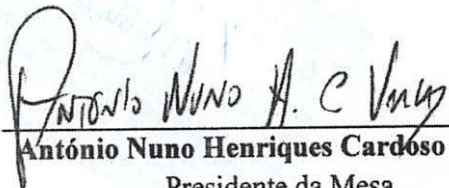


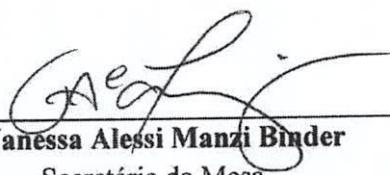
ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes.

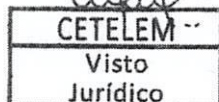
ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente António Nuno Henriques Cardoso Verças.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri (SP), 05 de junho de 2018.


António Nuno Henriques Cardoso Verças
Presidente da Mesa


Vanessa Alessi Manzi Binder
Secretária da Mesa







[illegible]

Mércia Nague Itakura
ANALISTA

00 00 10

ANEXO I

ESTATUTO SOCIAL

BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971



CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 1º - O BANCO CETELEM S.A., é uma Sociedade anônima, que se regerá pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis e pelo presente Estatuto Social.

Artigo 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Barueri, estado de São Paulo e, observadas as prescrições legais e regulamentares, poderá abrir e extinguir agências, dependências ou filiais em qualquer ponto do País, por deliberação e critério da Diretoria.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas – Comercial e de Crédito, Financiamento e Investimento e, ainda, a carteira de Câmbio, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor.

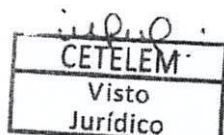
CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 905.165.792,00 (novecentos e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentos e noventa e dois reais), dividido em 905.165.792 (novecentas e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e setecentas e noventa e duas) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

[Handwritten signature]



RECEBIMOS
em 08/08/2018



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kasve Itakura
ANALISTA

Parágrafo 2º - As ações, indivisíveis perante a Sociedade, não serão representadas por cautelares provisórias ou por certificados, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Sociedade.

Parágrafo 3º - A transferência das ações operar-se-á por termo lavrado no livro de transferência de ações nominativas, datado e assinado pelo cedente e pelo cessionário, ou por seus legítimos representantes ou procuradores.

CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses, após o término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses o exigirem, quando convocada pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, ou pelos acionistas na forma da lei.

Parágrafo 1º - Os acionistas poderão participar das Assembleias Gerais por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do acionista e a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida assembleia.

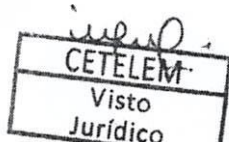
Parágrafo 2º - As deliberações das assembleias, ressalvadas as exceções legais, serão tomadas pelos votos representativos da maioria das ações.

Parágrafo 3º - As atas das reuniões das Assembleias Gerais e as deliberações serão registradas em livro próprio.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º - A Sociedade será administrada por uma Diretoria na forma da Lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.



RECEBUE
2018



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regulatório a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta omitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Helena Itakura
ANALISTA

Parágrafo 2º - A Sociedade procederá obrigatoriamente renovação anual do Seguro de Responsabilidade Civil dos Diretores e Administradores (D&O).

CAPÍTULO V DIRETORIA

Artigo 8º - A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, de 10 (dez) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo 1 Diretor Presidente, 2 Diretores Vice-Presidentes e os demais designados Diretores, sem designação especial.

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição, permanecendo, entretanto, os Diretores em seus cargos até a data da posse da nova Diretoria, que ocorrerá após aprovação do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 2º - Em caso de vaga de qualquer dos cargos de Diretores, ou impedimento do titular, caberá à Assembleia Geral eleger o novo Diretor, cujo mandato deverá coincidir com o dos demais Diretores.

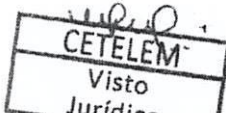
Parágrafo 3º - Nos seus impedimentos, faltas ou ausências temporárias, os Diretores impedidos ou faltantes, indicarão os seus respectivos substitutos, que deverão, necessariamente, serem também Diretores.

Artigo 9º - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei o Estatuto Social lhe conferirem para os atos necessários ao funcionamento regular da Sociedade.

Artigo 10 - A Diretoria, presidida pelo Diretor Presidente, reunir-se-á sempre que necessário, na Sede da Sociedade e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a convocação ao próprio Diretor Presidente, que também presidirá a reunião, a quem caberá o voto de qualidade no caso de empate de votação.

Artigo 11 - As atas das reuniões de Diretoria e as deliberações serão registradas em livro próprio.

Artigo 12 - A Diretoria terá amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Sociedade, e poderá, inclusive, contratar empréstimos, renunciar a direitos e transigir, dar caução e, bem assim, adquirir, alienar, hipotecar e, de qualquer forma, onerar bens imóveis da Sociedade.



[Handwritten signature]

COLEÇÃO
COLEÇÃO

Colégio Notarial do Brasil
118039
0106A G0939554
AUTENTICAÇÃO
01 AGO. 2018
RAIS TABELÃO
BARUERI - SP
4194-0657
Valido somente com
a selo de
autenticidade
conforme
que o
Oficial
Autorizada
R\$ 3,46
Jd.
Silveira
Autentico a presente copia reprografa conforme
ao original a mim apresentado do que dou fe
[x] Be - Conceição do Pradim dos Anjos - Oficial
[x] Osorio Rodrigues da Silva - Escrevente Autorizada
[x] Mariana Aparecida Escobar Rodrigues - Escrevente Autorizada
Valor cobrado por autenticação

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I
Márcia Kasahira
ANALISTA



Artigo 13 - Compete ao Diretor Presidente:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos;
- c) criar e suprimir cargos, contratar, promover, suspender, demitir, fixar vencimentos e gratificações e determinar a competência dos funcionários;
- d) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- e) cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais.

Artigo 14 - Compete aos Diretores Vice-Presidentes:

- a) exercer a supervisão de todos os negócios e operações da Sociedade;
- b) representar a Sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimentos.

Artigo 15 - Compete aos Diretores sem designação especial:

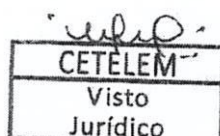
- a) auxiliar o Diretor Presidente ou os Diretores Vice-Presidentes na administração geral dos negócios sociais;
- b) incumbir-se das tarefas que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou Diretores Vice-Presidentes.

Artigo 16 - A Sociedade somente poderá assumir quaisquer obrigações mediante assinatura:

- a) do Diretor Presidente isoladamente;
- b) de 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes em conjunto;
- c) de 1 (um) Diretor Vice-Presidente e 1 (um) Diretor sem designação especial em conjunto;
- d) de 2 (dois) Diretores sem designação especial em conjunto;
- e) de 2 (dois) procuradores em conjunto, observado o Artigo 17 do Estatuto Social.

Artigo 17 - As procurações serão outorgadas exclusivamente pelo Diretor Presidente em nome da Sociedade e deverão especificar os poderes conferidos para assinatura em conjunto de 2 (dois) procuradores, com expressos e específicos poderes, bem como, conter prazo de validade definido, exceto as procurações que conferem poderes "ad-judicia".

Artigo 18 - Para alienar, ceder, hipotecar, permutar ou onerar os bens da Sociedade, a Sociedade será representada por 2 (dois) Diretores, sendo obrigatória a presença do Diretor Presidente ou de um dos Diretores Vice-Presidentes.



PRESTADO
O O O O

Colégio Notarial do Brasil
118059
01064 G093953
AUTENTICAÇÃO
MATURAS TABEÃO
SILVEIRA - BARUERI - SP
Tel: 4194-0657
Oficial de Registro
DE NOTAS DO DIST.
Rua Elias Kraichewsky, 1180
Jd. Silveira
Autentico a presente copia retrograha conforme
ao original a mim apresentado do qual dou fe
Desa: Conceição do Pradim dos Anjos : Oficial (Tabela)
Desa: Conceição do Pradim dos Anjos : Escrevente Autorizada
Desa: Conceição do Pradim dos Anjos : Escrevente Autorizada
Valor cobrado por autenticação R\$ 3,46
01 AGO. 2018
(Valido somente com
sua assinatura de
autenticada)

ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kashevitakura
ANALISTA



Artigo 19 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral.

Artigo 20 - À Diretoria, nos exatos termos do presente Estatuto Social, compete representar a Sociedade, zelar pelo cumprimento e execução das normas estatutárias, organizar e apresentar à Assembleia Geral as demonstrações financeiras previstas em lei e a proposta de destinação do resultado do exercício, depois de submetê-las ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

CAPÍTULO VI CONSELHO FISCAL

Artigo 21 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não residentes no País, devendo sua eleição e instalação obedecer aos preceitos da legislação pertinente.

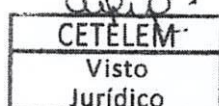
Parágrafo Único - O Conselho Fiscal, quando eleito e instalado, terá a incumbência, atribuída por lei e a remuneração de seus membros efetivos será fixada pela Assembleia Geral que o eleger, de acordo com a lei.

CAPÍTULO VII COMITÊ DE AUDITORIA

Artigo 22 - O Comitê de Auditoria será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento por parte da Sociedade das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 08 (oito) membros, eleitos pela Assembleia Geral dentre os Diretores da Sociedade, devendo pelo menos um deles possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, designado Especialista.

Parágrafo 2º - Os membros eleitos para o Comitê de Auditoria terão mandato por prazo indeterminado.



GP

[Faint handwritten text, possibly a signature or date]

RECEBUE
01 00 00

0106 AGO 93 9574
AUTENTICACAO
118059
01/AGO.2018

COLEÇÃO NOTAS NATURAIS TABELÃO
OFICIAL DE REGISTRO DE NOTAS DO BRASIL
Rua Elias Kraichvill, 118059
Jd. Silveira.

Autenticado e presente a cópia reprografiada conforme ao original a mim apresentado do qual dou fé
☒ Sr. Conceição da Silva - Escrevente Autorizada
☐ Sr. Rodrigo da Silva - Escrevente Autorizada
☐ Sr. Mariana Aparecida Escobar Rodrigues - Escrevente Autorizada

Valor cobrado por autenticação R\$ 3,46

(Valido somente com o autenticador)

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kashiwa Itakura
ANALISTA

Parágrafo 3º - A destituição dos membros do Comitê de Auditoria depende de deliberações tomadas pela Assembleia Geral.

Parágrafo 4º - Os membros do Comitê de Auditoria poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro, a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 5º - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria

Artigo 23 - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas;
- II. recomendar à Diretoria a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais da Sociedade, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, pela Diretoria, das recomendações feitas pelos auditores independente ou interno;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar à Diretoria correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

RECEBUE
00000000



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta da carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kessia Itakura
ANALISTA

- IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria;
- X. reunir-se com o Conselho Fiscal da Sociedade, quando em funcionamento, e com a Diretoria, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas respectivas competências; e
- XI. outras atribuições eventualmente determinadas pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO VIII COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Artigo 24 - A Sociedade terá um Comitê de Remuneração, composto por no mínimo de 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, devendo pelo menos um deles não ser integrante da Administração da Sociedade.

Parágrafo 1º - Os membros eleitos para o Comitê de Remuneração terão mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 9 (nove) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo 2º - Os membros nomeados, que podem ser integrantes dos Órgãos da Administração da Sociedade e do corpo de funcionários da Sociedade, devem preencher as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo.

Parágrafo 3º - Os membros do Comitê de Remuneração poderão participar das reuniões do Comitê por meio de videoconferência, conferência telefônica ou outro meio de comunicação que permita assegurar a identificação do membro e a sua participação efetiva e a autenticidade de sua participação, que será considerada válida para todos os efeitos legais e incorporada à ata da referida reunião.

Parágrafo 4º - No ato da nomeação pela Diretoria dos membros do Comitê de Remuneração, será designado o seu Coordenador.

Parágrafo 5º - O Comitê de Remuneração reportar-se-á diretamente à Diretoria.

Parágrafo 6º - Compete ao Comitê de Remuneração, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:

OFFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS
DE NOTAS DO DISTRITO DE JARU
Rua Elias Kraide 113 Jaru
AUTENT
01

Jd.
Silveira

01 APO. 2018

ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta do carta enviada à parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Casse Itakura
ANALISTA



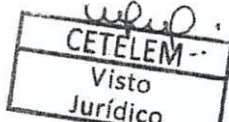
- I. elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo à Diretoria diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;
- II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento;
- IV. propor à Diretoria da Sociedade o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma prevista em lei;
- V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- VI. analisar a política de remuneração de Administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e,
- VII. zelar para que a política de remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável.

Parágrafo 7º - Os membros do Comitê de Remuneração integrantes da Diretoria da Sociedade não farão jus a qualquer remuneração adicional àquela a que tiverem direito por exercerem cargos na Diretoria da Sociedade. Os demais membros não integrantes da Diretoria serão remunerados na forma e no montante definidos previamente pela Diretoria.

CAPÍTULO IX OUVIDORIA

Artigo 25 - O Ouvidor será designado pela Diretoria da Sociedade mediante processo de contratação interno ou externo, por prazo indeterminado, em decorrência da capacitação para a função. A designação deve ser registrada em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.

Parágrafo Único - O Ouvidor poderá ser destituído de suas funções por decisão da Diretoria da Sociedade, em decorrência da perda de vínculo funcional com a Sociedade, alteração de função, conduta ética incompatível com a função ou demais práticas e condutas que justifiquem a destituição, cujo ato deverá ser registrado em ata e dada a devida ciência para o Comitê de Auditoria da Sociedade.



4.30.15
01 30 30



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regulatório e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Masue Itakura
ANALISTA



Artigo 26 - O Ouvidor é um profissional cuja função deve ser desempenhada com imparcialidade, intermediando a solução de conflitos, visando afirmar a credibilidade desta Sociedade, valendo-se para isso da rede de relacionamentos internos e externos;

Artigo 27 - São atribuições do Ouvidor:

- I. conhecer e compreender as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) aplicáveis a esta Sociedade, bem como ter conhecimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), sendo capaz de transformar possíveis litígios em oportunidades de solução e fidelização;
- II. desenvolver e aplicar técnicas de Negociação, Conciliação e Mediação de conflitos, visando transformar a Reclamação e o Atrito em oportunidades de inovação e mudança;
- III. identificar os valores e características necessários para estruturar e implantar uma Ouvidoria com excelência.

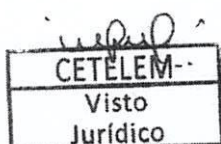
Artigo 28 - A Ouvidoria é o órgão responsável por assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos dos consumidores, bem como atuar como um canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de seus produtos e serviços.

Parágrafo 1º - A Sociedade se compromete a criar condições adequadas para o funcionamento da ouvidoria, bem como para que a atuação desta seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção.

Parágrafo 2º - A Sociedade deverá assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

Artigo 29 - São atribuições da Ouvidoria:

- I. prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da Sociedade;
- II. atuar como canal de comunicação entre a Sociedade e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e
- III. informar à diretoria da Sociedade a respeito das atividades de Ouvidoria.



[Handwritten signature]

RECEBUE
01 00 00



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kasuo Nakura
ANALISTA

Artigo 30 - São atividades da Ouvidoria:

- I. atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- II. prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não pode ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- III. encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto no item anterior;
- IV. manter a diretoria da Sociedade, informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; e
- V. elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao comitê de auditoria e à diretoria da Sociedade, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

CAPÍTULO X
EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

Artigo 31 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. O Balanço, obediente a todas as prescrições legais, será levantado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 32 - Do resultado do exercício serão deduzidos:

- a) prejuízo, se houver;
- b) provisão para Imposto de Renda;
- c) participação da Diretoria, nos limites estipulados pelo art. 152 da Lei 6.404/76.

Do lucro líquido serão destinados:

- a) 5% (cinco por cento) à constituição do Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 1% (um por cento), no mínimo, para pagamento de dividendos aos acionistas e,
- c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

RECEBUEMOS
21 09 2018



ATESTAMOS que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Kazuo Nakura
ANALISTA



Artigo 33 - A Sociedade poderá, ainda, levantar balanços intermediários no último dia de cada mês e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços.

Parágrafo 1º - É facultada a distribuição de dividendos intermediários.

Parágrafo 2º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório a ser pago aos acionistas.

CAPÍTULO XI LIQUIDAÇÃO

Artigo 34 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger os liquidantes e um Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação.

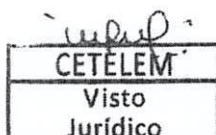
CAPÍTULO XII EXTINÇÃO

Artigo 35 - Dissolve-se a Sociedade:

- a) por deliberação da Assembleia Geral com o voto do acionista controlador;
- b) pela existência de um único acionista entre duas assembleias gerais ordinárias, no período de um ano;
- c) pela cassação da autorização para funcionar;
- d) nos demais casos previstos em lei para a dissolução judicial.

Artigo 36 - O encerramento da liquidação, seja ela voluntária, forçada, judicial ou extrajudicial, extingue a Sociedade, bem como a sua incorporação ou fusão, ou ainda a cisão com a versão de todo o patrimônio em outras sociedades.

Parágrafo Único - A transformação não extinguirá a Sociedade necessariamente, mas como terá o efeito de alterar o objeto da Sociedade, poderá produzir sua extinção, se não for previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.



[Handwritten signature]

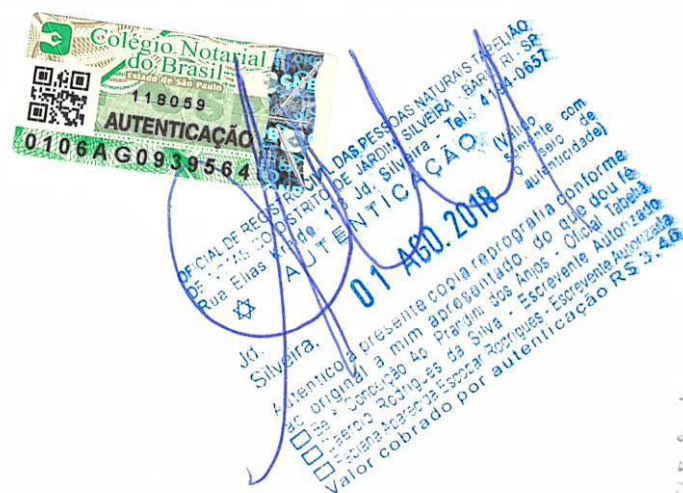
01 AGO. 2018

Márcia Kashi Nakura
ANALISTA

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37 - Fica eleito o foro da comarca de Barueri, no estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas deste Estatuto Social.

Artigo 38 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como outras normas legais que lhe forem aplicáveis.



ATESTAMOS que este documento foi submetido
a exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manifestação a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Márcia Katue Itakura
ANALISTA

JUCESP
23 07 21



BANCO CETELEM S.A.
CNPJ/ME nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 26 de abril de 2021, às 10h00, na sede social da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, 161, 17º andar, Alphaville, CEP 06454-000.

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da única acionista, conforme disposição do §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

3. PRESENÇA: Cetelem América Ltda., acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no “Livro de Presença de Acionistas”.

4. MESA: Presidente: António Nuno Henriques Cardoso Verças; **Secretária:** Cintia Maldonado Pereira Hutchinson.

5. ORDEM DO DIA: (1) lavratura da ata na forma sumária; (2) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (3) destinar o resultado do exercício social de 2020, o lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (4) ratificar a renúncia de membro da Diretoria e do Comitê de Auditoria; (5) deliberar sobre o remanejamento de cargo de membro da Diretoria; (6) eleger os membros da Diretoria; (7) ratificar a composição da Diretoria; (8) fixar a verba destinada à remuneração dos integrantes da Diretoria; e (9) outros assuntos de interesse da sociedade.

6. DELIBERAÇÕES: foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da Ordem do Dia:

- (1) A lavratura da presente ata em forma sumária;
- (2) As contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Administração e Parecer dos Auditores Independentes, os quais foram publicados no jornal “Valor Econômico” (páginas E39 a E41) em 25 de

2021
2021

março de 2021 e no “Diário Oficial (Empresarial) do Estado de São Paulo” (páginas 304 a 309) em 26 de março de 2021.

(3) A destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, da seguinte forma: (i) do LUCRO LÍQUIDO do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de **R\$ 8.112.995,34 (oito milhões, cento e doze mil, novecentos e noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos)** da seguinte forma: (a) destinar o valor de **R\$ 2.864.882,44 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)** para a constituição da RESERVA LEGAL, conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia e no artigo 193 da Lei nº. 6.404/76; (b) não distribuição de dividendos ao Acionista; e (c) após as deduções acima, destinar o valor de **R\$ 5.248.112,90 (cinco milhões, duzentos e quarenta e oito mil, cento e doze reais e noventa centavos)** à conta RESERVA DE LUCROS. O novo valor da RESERVA DE LUCROS, considerando o saldo existente de **R\$ 401.965.553,95 (quatrocentos e um milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos)** passa a ser de **R\$ 407.213.666,85 (quatrocentos e sete milhões, duzentos e treze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)**.

(4) A ratificação da renúncia da Sra. **Vanessa Alessi Manzi Binder**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 25732913-7 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 177.818.078-71, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, aos cargos de **Diretora Vice-Presidente e Membro do Comitê de Auditoria**, conforme carta de renúncia de 31 de março de 2021.

(5) O remanejamento de cargo do membro da Diretoria, Sr. **Rafael Bandeira de Almeida**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 23.681.000-5 SSP/SP e CPF/ME sob o nº 353.486.228-77, residente e domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, do cargo de **Diretor sem designação especial** para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**;

(6) A eleição de membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na **Assembleia Geral Ordinária de 2024**, que irá deliberar acerca da aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, a saber:

1. António Nuno Henriques Cardoso Verças, português, casado, administrador de empresas, portador do Registro Nacional Migratório RMN nº V562683-O – DELEMIG-SP e CPF/ME sob o nº 233.462.078-54, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para o cargo de **Diretor Presidente**;

Este documento foi assinado digitalmente por Antonio Nuno Henriques Cardoso Verças, Antonio Nuno Henriques Cardoso Verças e Cintia Maldonado Pereira Hutchinson. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://cetelem.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 90B0-C223-24E6-9DA5.

2. **Rafael Bandeira de Almeida**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 23.681.000-5 SSP/SP e CPF/ME sob o nº 353.486.228-77, residente e domiciliado na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, para o cargo de **Diretor Vice-Presidente**;

3. **Jean-Christophe Pierre Francois Coquillaud**, francês, administrador, casado, portador do Registro Nacional Migratório RNM nº F322613-Q, inscrito no CPF/ME sob o nº 716.671.201-58, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de **Diretor sem designação especial**;

4. **Nicolas Kern**, francês, administrador, casado, portador do Registro Nacional Migratório RNM nº F291361-Y CGPI/DIREX/PF, inscrito no CPF/ME sob o nº 716.520.721-01, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, para o cargo de **Diretor sem designação especial**.

5. **Victor Bernard Lairé**, brasileiro nato, solteiro, maior, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG 33.330.303-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 317.637.868- 89, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de **Diretor sem designação especial**;

Todos com escritório na Alameda Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri, São Paulo, CEP 06454-000.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO: Os Diretores ora eleitos declaram (i) não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis; (ii) terem pleno conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; e (iii) não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia: por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra

(7) Tendo em vista as deliberações acima, fica ratificada a composição da Diretoria por:

Diretoria: Diretor Presidente – Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças; Diretor Vice-Presidente - Rafael Bandeira de Almeida; e Diretores sem designação especial – Jean-Christophe Pierre François Coquillaud, Nicolas Kern e Victor Bernard Lairé.

JUCESP
23 07 21

(8) a proposta do Comitê de Remuneração da Companhia, para fixação do montante global anual de até **R\$ 10.936.239,21 (dez milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos)**, para remuneração dos membros da Diretoria, referente ao exercício social de 2021.

(9) Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações aprovadas neste ato.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, a ata foi lida, conferida e assinada pela Acionista, que constitui o quórum necessário para a aprovação das deliberações.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada por seu Diretor Presidente, António Nuno Henriques Cardoso Verças.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri/SP, 26 de abril de 2021.

MESA:

António Nuno Henriques Cardoso Verças
Presidente da Mesa

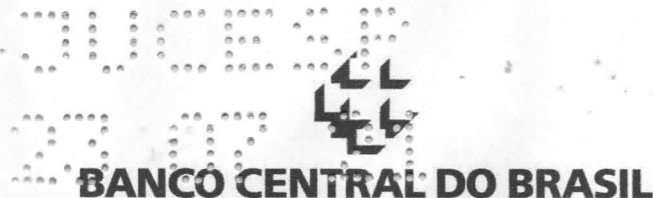
Cintia Maldonado Pereira Hutchinson
Secretária da Mesa

ACIONISTA:

Cetelem América Ltda.
António Nuno Henriques Cardoso Verças



JUCESP



Ofício 14.625/2021-BCB/Deorf/GTSP2
Processo 190474

São Paulo, 2 de julho de 2021.

Ao
Banco Cetelem S.A.
Alameda Rio Negro, 161 - 17º Andar – Alphaville
06454-000 Barueri (SP)

A/C do Senhor
Antonio Nuno Henriques Cardoso Verças - Diretor Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou o assunto a seguir especificado, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2021:

- a) Eleição dos membros da Diretoria, cujo mandato se estenderá até a posse dos que forem eleitos na(em) Assembleia Geral Ordinária de 2024:

CPF	Nome	Cargo
233.462.078-54	Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças	Diretor Presidente
353.486.228-77	Rafael Bandeira de Almeida	Diretor Vice-Presidente
716.671.201-58	Jean Christophe Pierre François Coquillaud	Diretor
716.520.721-01	Nicolas Kern	
317.637.868-89	Victor Bernard Lairé	

2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias úteis contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf, Seção 4.14.70.

Atenciosamente,

Departamento de Organização do Sistema Financeiro
Gerência Técnica em São Paulo – II

Young Man To
Gerente Técnico

Eduardo de Camargo Schell
Coordenador

Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Gerência-Técnica em São Paulo II (GTSP2)
Av. Paulista, 1.804 – 5º andar – 01310-922 São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3491-6415, 3491-6685, 3491-6725
E-mail: gtsp2.deorf@bc.gov.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Cetelem. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://cetelem.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/90B0-C223-24E6-9DA5> ou vá até o site <https://cetelem.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 90B0-C223-24E6-9DA5



Hash do Documento

2B00553FB65C9A0DC27541E1AC57913F55787759206255132CDFDC017752A6F4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/04/2021 é(são) :

☒ **Nome no certificado:** Banco Cetelem

Antonio Nuno Henriques Cardoso Vercas (Presidente) -

233.462.078-54 em 27/04/2021 17:38 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Antonio Nuno Henriques Cardoso Vercas (Signatário - Banco Cetelem) - 233.462.078-54 em 27/04/2021 17:36 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Cintia Maldonado Pereira Hutchinson (Signatário - Banco Cetelem) - 230.286.978-82 em 27/04/2021 16:55 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



2021
11
17



JUCESP PROTOCOLO
2.269.494/21-0



BANCO CETELEM S.A.
CNPJ nº 00.558.456/0001-71
NIRE 35.300.465.971

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2021**

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 30/11/2021, às 9:00h, na sede social do Banco Cetelem S.A. ("Companhia"), na Al. Rio Negro, 161, 17º andar, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06454-000.

CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença da única acionista, conforme §4º, do art. 124 da Lei 6.404/76.

PRESENÇA: Acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionista.

MESA: **Presidente:** António Nuno Henriques Cardoso Verças e **Secretária:** Cintia Maldonado Pereira Hutchinson.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) O registro da renúncia apresentada por membro da Diretoria e do Comitê de Auditoria; (ii) O remanejamento de cargo de Diretor; e (iii) A ratificação da composição da Diretoria e do Comitê de Auditoria da Companhia.

DELIBERAÇÃO: Foram aprovadas pela única acionista as seguintes matérias, constantes da ordem do dia:

- (i) O registro da renúncia do cargo de **Diretor Presidente** e de **Membro do Comitê de Auditoria** da Companhia apresentada pelo Sr. **António Nuno Henriques Cardoso Verças**, português, casado, administrador, Passaporte Português nº P573108, RNE nº V562683-0 e CPF/ME nº 233.462.078-54, com endereço comercial em Barueri/SP, na Al. Rio Negro, 161, 17º andar, Alphaville Industrial, CEP 06454-000, a partir de 30/11/2021. A Companhia agradece os serviços prestados pelo Sr. António Nuno;
- (ii) O remanejamento para o cargo de Diretor Presidente do Sr. **Jean-Christophe Pierre Francois Coquillaud**, francês, administrador, casado, RNM nº F322613-Q, CPF/ME nº

Este documento foi assinado digitalmente por António Nuno Henriques Cardoso Verças e Cintia Maldonado Pereira Hutchinson. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://cetelem.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código B7E5-9701-16A9-1123.

JUCESP
17 12 21

716.671.201-58, com endereço comercial na Al. Rio Negro, nº 161, 17º andar, Alphaville, Barueri/SP, CEP 06454-000, a partir de 01/12/2021;

(iii) Em decorrência das deliberações, fica ratificada a composição da Diretoria, com mandato até a posse dos eleitos em Assembleia Geral Ordinária de 2024, da seguinte forma:

Diretor Presidente – Jean-Christophe Pierre Francois Coquillaud;

Diretores Vice-Presidentes – Rafael Bandeira de Almeida e Nicolas Kern; e

Diretores sem designação especial – Cintia Maldonado Pereira Hutchinson, Antonio Lombardi Neto, Diego de Carvalho Cascaldi e Victor Bernard Lairé.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a tratar, a ata foi lida e achada conforme, sendo aprovada e assinada por todos os presentes.

ACIONISTA PRESENTE: Cetelem América Ltda., neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presidente, Rafael Bandeira de Almeida.

Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.

Barueri/SP, 30 de novembro de 2021.

Antônio Nuno Henriques Cardoso Verças
Presidente da Mesa

Cintia Maldonado Pereira Hutchinson
Secretária da Mesa



Este documento foi assinado digitalmente por Antonio Nuno Henriques Cardoso Verças e Cintia Maldonado Pereira Hutchinson. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://cetelem.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código B7E5-9701-16A9-1123.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Cetelem. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://cetelem.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B7E5-9701-16A9-1123> ou vá até o site <https://cetelem.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B7E5-9701-16A9-1123



Hash do Documento

3081EF5A9A5F589DE45ED1F0648760CCBEFEA4A0FD0E8E0F3D9E0786DBAC278D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/12/2021 é(são) :

- ☒ Antonio Nuno Henriques Cardoso Vercas (Signatário - Banco Cetelem) - 233.462.078-54 em 09/12/2021 12:47 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Cintia Maldonado Pereira Hutchinson (Signatário - Banco Cetelem) - 230.286.978-82 em 07/12/2021 18:31 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

